

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX - Exercício de 2016

1. Sobre a POUPEX

Associação de Poupança e Empréstimo (APE), caracterizada como instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional por meio de agências próprias, unidades de atendimento da FHE e do Banco do Brasil S.A.

Opera com recursos captados, majoritariamente, em caderneta de poupança e tem por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria. Possui, como produtos, a Caderneta de Poupança POUPEX e o Financiamento Imobiliário POUPEX, em suas diversas modalidades. Conta com um sistema de governança corporativa que garante o alinhamento das ações institucionais com os interesses dos associados, das organizações parceiras, da sociedade em geral e com o conceito de responsabilidade socioambiental.

Além do atendimento presencial, a POUPEX oferece atendimento telefônico por meio de sua Central de Relacionamento, com suporte, inclusive, para o atendimento a deficientes auditivos ou de fala. Conta, também, com uma Ouvidoria comprometida em respeitar e evidenciar a importância do cliente.

Mantém estrutura de pessoal qualificado e em quantidade compatível para atender, nas melhores condições, as demandas provenientes de seu negócio e para permitir o alcance de seus objetivos. Em 31 de dezembro de 2016, contava com 1.351 empregados, 100 estagiários e 59 jovens aprendizes selecionados dentre integrantes da parcela mais carente da sociedade.

2. Contexto econômico

No campo externo, o ano ficou marcado pela opção britânica de deixar a União Europeia (Brexit) e a eleição do presidente americano Donald Trump, que ampliaram as incertezas para a economia mundial.

No campo interno, junto com a crise política, a economia brasileira seguiu em recessão, com destaques para a queda da produção industrial, aumento do desemprego, retração do consumo das famílias e o desequilíbrio fiscal do Governo Federal e dos Estados. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano de 2016 com variação acumulada de 6,29%, ficando dentro da meta inflacionária estipulada pelo Banco Central (entre 4,5% a 6,5%) e com queda de 4,38 pontos percentuais ante a registrada em 2015, que foi de 10,67%.

O Banco Central manteve a meta para a taxa Selic inalterada em 14,25% a.a. de 30 de julho de 2015 até o dia 19 de outubro de 2016, quando efetuou um corte de 0,25 pontos percentuais na reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM). A Meta Selic encerrou o ano em 13,75% a.a., valor fixado na última reunião do Copom de novembro de 2016.

De janeiro a setembro de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou queda de 4% em relação ao mesmo período 2015. No relatório Focus do Banco Central de 06.01.2016, as instituições financeiras estimavam retração de 3,4% do PIB 2016 em relação ao ano anterior.

A retração da economia influenciou na queda da demanda por empréstimos. Dados do Sistema Financeiro Nacional - novembro de 2016 - apontam que o estoque de crédito recuou 2% em relação à mesma posição de 2015, com destaque negativo para as concessões de financiamentos imobiliários, que sofreram redução de 27%.

O saldo das cadelnetas de Poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) cresceu 1,32% em 2016 ante a retração de 2,51% do ano anterior. Em 2016, considerando apenas o âmbito do SBPE, as retiradas da poupança superaram os depósitos em R\$ 31,2 bilhões. Em 2015, a poupança já havia registrado captação líquida negativa de R\$ 51,1 bilhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante		3.778.603	3.572.597
Disponibilidades	3.b e 4	15	13
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	2.386.192	2.023.397
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.386.192	2.023.397
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	316.980	456.341
Carteira própria		316.980	456.341
Relações interfinanceiras	3.e e 7	754.328	780.777
Créditos vinculados:		754.328	780.777
Depósitos no Banco Central		754.268	780.513
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		60	264
Operações de crédito	3.f e 8	257.003	264.377
Operações de crédito		267.088	270.747
Setor privado		267.088	270.747
Provisão para operações de crédito	3.f e 8.g	(10.085)	(6.370)
Outros créditos	9	63.736	47.154
Rendas a receber		232	201
Diversos		63.504	46.953
Outros valores e bens	3.g e 10	349	538
Outros valores e bens		817	785
Provisões para desvalorizações		(477)	(257)
Despesas antecipadas		9	10
Ativo não circulante		2.592.160	2.371.322
Realizável a longo prazo		2.537.804	2.320.085
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	489.904	428.677
Carteira própria		489.904	428.677
Relações interfinanceiras	3.e e 7	760.018	909.063
Créditos vinculados:		88.803	237.402
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		88.803	237.402
Repassees interfinanceiros		671.215	671.661
Operações de crédito	3.f e 8	1.276.538	973.770
Operações de crédito		1.365.352	1.045.984
Setor privado		1.365.352	1.045.984
Provisão para operações de crédito	3.f e 8.g	(88.814)	(72.214)
Outros créditos	9	7.725	5.878
Diversos		7.725	5.878
Outros valores e bens	10	3.619	2.697
Outros valores e bens		3.619	2.697
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	22.694	23.756
Imóveis de uso		8.512	6.322
Outras imobilizações de uso		32.755	35.399
Depreciações acumuladas		(18.573)	(17.965)
Intangível	3.j e 13	23.852	19.671
Ativos intangíveis		28.448	21.390
Amortização acumulada		(4.596)	(1.719)
TOTAL		6.370.763	5.943.919
PASSIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante		987.578	755.880
Depósitos	14	702.668	609.191
Depósitos a prazo		702.668	609.191
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	167.634	-
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		167.634	-
Outras obrigações	16	117.276	146.689
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	16.a	11	20
Fiscais e previdenciárias	16.b	35.706	32.977
Diversas	16.c	81.559	113.692
Patrimônio líquido	17	5.383.185	5.188.039
Recursos de associados poupadores		4.484.693	4.409.980
Reservas de resultados		906.107	779.377
Ajustes de avaliação patrimonial		(7.615)	(1.318)
TOTAL		6.370.763	5.943.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
Semestre e exercício findos em 31/12/2016 e exercício findo em 31/12/2015 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Receitas da intermediação financeira		405.282	780.683	698.455
Operações de crédito	7.f e 8.c	157.519	298.183	242.448
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.c	204.935	404.340	369.047
Resultado das aplicações compulsórias	7.f	42.828	78.160	86.960
Despesas da intermediação financeira		(243.320)	(461.025)	(402.829)
Operações de captação no mercado	14, 15 e 17.a	(225.385)	(430.635)	(393.107)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	(17.935)	(30.390)	(9.722)
Resultado bruto da intermediação financeira		161.962	319.658	295.626
Outras receitas/despesas operacionais		(104.051)	(196.497)	(172.749)
Rendas de tarifas bancárias		2.204	4.973	4.523
Despesas de pessoal	18.b	(60.346)	(111.234)	(93.437)
Outras despesas administrativas	18.c	(26.020)	(46.439)	(44.338)
Despesas tributárias	18.d	(14.873)	(29.283)	(26.765)
Outras receitas operacionais	18.a	10.886	16.714	27.564
Outras despesas operacionais	18.e	(15.902)	(31.228)	(40.296)
Resultado operacional		57.911	123.161	122.877
Resultado não operacional	18.f	2.640	3.569	2.046
Resultado líquido		60.551	126.730	124.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Desempenho da POUPEX

A Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX apresentou resultado líquido de R\$ 126.730 mil no exercício de 2016, com acréscimo de 1,45% em relação ao de 2015, R\$ 124.923 mil.

Em 31 de dezembro de 2016, computava patrimônio líquido de R\$ 5.383.185 mil, com aumento de 3,76% em relação à mesma posição de 2015. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 7,18%, atingindo R\$ 6.370.763 mil.

A POUPEX manteve sua participação de 9,0905% no capital da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC).

Em 2016, entre contas de poupança novas e encerradas, a APE-POUPEX registrou um saldo positivo de 19.503 em relação ao ano anterior, elevando o total para 1.636.607 contas ativas. Em 31 de dezembro, o saldo de poupança era de R\$ 4.484.693 mil, evidenciando crescimento de 1,69% em relação ao volume registrado no ano (R\$ 4.409.980 mil). Cabe destacar que, na mesma comparação, os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), retraíram 1,32%.

A POUPEX figura na 7ª posição no *ranking* de saldo de poupança das instituições captadoras do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), divulgado pelo Banco Central, posição em outubro de 2016.

Com o objetivo de “captar, incentivar e disseminar a poupança” ofereceu, em parceria com o Banco do Brasil, de junho a dezembro de 2016, a “Promoção Poupança Premiada”. Por meio da campanha, os poupadores que mantivessem saldos ou aplicassem novos recursos na Poupança POUPEX ou na Poupança Ouro, poderiam concorrer a pontos nos programas de relacionamento do banco.

Com o objetivo de ampliar as fontes para o crédito imobiliário realizou emissões de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) em um montante de R\$ 194.910 mil.

A demanda pelas linhas de financiamentos imobiliários da POUPEX continuou em alta. A POUPEX manteve oferta de condições especiais nas contratações de financiamentos imobiliários. Em 2016, foram concedidos 3.147 financiamentos em todas as modalidades de crédito imobiliário, alcançando o montante de R\$ 362.288 mil. Destaque para as concessões na linha Aquisição de Imóvel Habitacional novo ou usado, que cresceram em volume de recursos aplicados em 37% em relação ao ano anterior.

4. Destaques nas atividades da POUPEX

Em 2016, foram destaques:

- realização do primeiro ciclo de avaliações de desempenho da Gestão de Pessoas por Competências;
- continuidade do projeto Gestão Documental, com a avaliação do acervo documental e da aplicação do plano de classificação e da tabela de temporalidade;
- elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição para o quinquênio 2017-2021;
- continuidade na certificação profissional em crédito imobiliário, na modalidade CA-600 da ABCEIP/FGV. Foram certificados 362 empregados, 61% do total previsto para o final de 2017;
- prosseguimento das ações voltadas para o plano de implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental;
- desenvolvimento de projetos com enfoque social como: incentivo a campanhas beneficentes, participação de seus empregados em eventos esportivos; apoios e patrocínios a atletas e às instituições de assistência social.

Os resultados, os projetos, a valorização contínua de seus recursos humanos e as ações de caráter socioambiental, mais uma vez, demonstram a condução de uma governança corporativa efetiva e adequada aos propósitos e à missão da Instituição.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
Semestre e exercício findos em 31/12/2016 e exercício findo em 31/12/2015 (Em milhares de Reais)			
	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Resultado líquido	60.551	126.730	124.923
Ajustes ao resultado líquido	22.368	43.400	15.626
Provisão para operações de crédito	17.935	30.390	9.722
Provisão para perdas	2.383	7.488	2.816
Provisão para perdas - FCVS	(76)	(33)	99
Depreciações/Amortizações	4.243	7.900	6.814
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(2.141)	(4.134)	(3.895)
Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação	24	54	70
Baixa de ativos intangíveis	-	1.735	-
Variações patrimoniais	12.981	(97.397)	(172.798)
Aumento em ativos operacionais	29.535	(235.619)	(213.283)
Aumento/Redução de recolhimentos obrigatórios ao BACEN	(53.504)	26.245	99.373
Aumento/Redução de repasses interfinanceiros	(7.440)	446	(46.616)
Alienação de bens não de uso próprio	871	1.648	923
Aquisição de bens não de uso próprio	(1.731)	(2.569)	(3.124)
Baixa de provisão para Perdas - FCVS	(263)	(304)	(340)
Baixa de provisão em decorrência de extinção do financiamento	(591)	(1.148)	(79)
Aumento de aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.641)	(56.582)	-
Redução/Aumento de FGTS a ressarcir	550	204	(163)
Redução/Aumento de FCVS	152.114	141.112	(20.691)
Aumento de operações de crédito	(44.414)	(320.164)	(251.451)
Aumento/Redução de outros créditos	(5.810)	(18.398)	8.358
Redução/Aumento de outros valores e bens	62	188	(196)
Ajustes de avaliação patrimonial	(6.668)	(6.297)	(348)
Ajustes de períodos anteriores	-	-	1.071
Redução/Aumento em passivos operacionais	(16.554)	138.222	40.485
Redução/Aumento em outras obrigações	(34.578)	(29.412)	40.485
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	18.024	167.634	-
Caixa gerado (utilizado) pelas operações	95.900	72.733	(32.249)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
Aplicação em títulos e valores mobiliários e derivativos	(235.339)	(350.172)	(768.142)
Resgate de títulos e valores mobiliários e derivativos	244.829	427.843	703.848
Alienação de imobilizado de uso	-	-	300
Aquisições de imobilizado de uso	(1.202)	(4.015)	(12.450)
Aquisição de ativos intangíveis	(4.344)	(8.793)	(11.058)
Redução de juros/dividendos recebidos	(147)	(31)	(52)
Caixa utilizado pelas atividades de investimento	3.797	64.832	(87.554)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Aumento/Redução de recursos de associados poupadores	211.810	74.713	(55.655)
Aumento de depósitos	82.969	93.477	14.842
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	294.779	168.190	(40.813)
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	394.476	305.755	(160.616)
Modificação na posição financeira			
Disponibilidades			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.940.774	2.029.495	2.190.111
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.335.250	2.335.250	2.029.495
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	394.476	305.755	(160.616)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO						
Semestre e exercício findos em 31/12/2016 e exercício findo em 31/12/2015 (Em milhares de Reais)						
	2º Semestre 2016	%	Exercício 2016	%	Exercício 2015	%
1 - Receitas	402.331		773.798		721.019	
1.1 - Intermediação financeira	405.282		780.683		698.455	
1.2 - Prestação de serviços	2.204		4.973		4.523	
1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa						
- Reversão/(constituição)	(17.935)		(30.390)		(9.722)	
1.4 - Outras	12.780		18.532		27.763	
2 - Despesas de intermediação financeira	225.385		430.635		393.107	
3 - Insumos adquiridos de terceiros	37.819		69.998		77.756	
3.1 - Materiais, energia e outros	15.290		26.576		24.909	
3.2 - Serviços de terceiros	3.833		7.380		7.873	
3.3 - Outras	18.696		36.042		44.974	
3.3.1 - Outras despesas administrativas	2.649		4.539		4.601	
3.3.2 - Outras despesas operacionais	15.902		31.228		40.296	
3.3.3 - Despesas não operacionais	145		275		77	
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	139.127		273.165		250.156	
5 - Depreciação, amortização e exaustão	4.243		7.900		6.814	
6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5)	134.884		265.265		243.342	
7 - Valor adicionado recebido em transferência	172		570		490	
7.1 - Dividendos e juros sobre o capital próprio	172		570		490	
8 - Valor adicionado total a distribuir (6+7)	135.056	100,00	265.835	100,00	243.832	100,00
9 - Distribuição do valor adicionado	135.056	100,00	265.835	100,00	243.832	100,00
9.1 - Pessoal	50.849	37,65	93.123	35,03	78.455	32,18
9.1.1 - Remuneração direta	37.446		67.545		56.870	
9.1.2 - Benefícios	10.113		19.612		15.895	
9.1.3 - FGTS	3.290		5.966		5.690	
9.2 - Impostos, taxas e contribuições	23.652	17,51	45.971	17,30	40.351	16,55
9.2.1 - Federais	23.532		45.618		40.001	
9.2.2 - Estaduais	-		32		38	
9.2.3 - Municipais	120		321		312	
9.3 - Remuneração de capitais de terceiros	4	0,00	11	0,00	103	0,04
9.3.1 - Aluguéis	4		11		103	
9.3.2 - Outras	-		-		-	
9.4 - Remuneração de capitais próprios	60.551	44,84	126.730	47,67	124.923	51,23
9.4.1 - Juros sobre o capital próprio	-		-		-	
9.4.2 - Dividendos	-		-		-	
9.4.3 - Resultados retidos/prejuízos do exercício	60.551		126.730		124.923	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2016		
Valores expressos em milhares de Reais		

A base da Provisão é constituída da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
A habilitar (i)	33.865	35.913
Habilitados e não homologados (ii)	3.924	1.832
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	35.861	32.478
Habilitados e homologados (iv)	29.877	181.845
Negativa de cobertura (v)	30.075	25.857
Contratos novados (vi)	232.196	49.603
Outros	983	943
Total	366.781	328.471

- (i) Representa os saldos de contratos sujeitos à apreciação para serem habilitados.
- (ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.
- (iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$13.857 (R\$ 12.508 a menor, em 31 de dezembro de 2015) a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.
- (iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.
- (v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.
- (vi) Representa os saldos dos contratos evoluídos com os juros da novação da dívida, prevista na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

d. Encontro de contas – FCVS/FUNDHAB

Refere-se aos débitos relativos às contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais – MNPO/FCVS. Em dezembro de 2016, com a ocorrência da 6ª novação da dívida do FCVS, houve o encontro de contas e o valor foi quitado junto à administradora do FCVS.

e. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – DI.

f. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Créditos vinculados ao Banco Central (i)	30.202	59.072	68.068
Juros de encaixe obrigatório	30.202	59.072	68.068
Desvalorização de Créditos Vinculados	(2.383)	(7.488)	(2.816)
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	15.009	26.576	21.708
Resultado das aplicações compulsórias (i)	42.828	78.160	86.960
Repasse interfinanceiro (ii)	44.229	87.521	80.834
Total	87.057	165.681	167.794

- (i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias na demonstração de resultados.
- (ii) Registrado no grupo operações de crédito na demonstração de resultados, de acordo com o Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, documento nº 8 – Demonstração do Resultado.

8 Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por modalidade

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos	11.639	9.267
Empréstimo com garantia imobiliária	11.639	9.267
Financiamentos Imobiliários	1.620.801	1.307.464
Financiamentos – Habitação	1.577.869	1.207.970
Financiamentos – Obras	42.932	99.494
Total da carteira de crédito	1.632.440	1.316.731
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(98.899)	(78.584)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	1.533.541	1.238.147
Classificação do Ativo		
Circulante	257.003	264.377
Não circulante	1.276.538	973.770
Total	1.533.541	1.238.147

b. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por crédito em curso normal e anormal e operações vencidas e vincendas:

Carteira imobiliária - Operações por curso										
Operações em curso normal (*)										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016 Total
Vincendas										
01 a 30 dias	5.320	16.002	1.472	25	3	171	6	-	26	23.025
31 a 60 dias	5.277	11.041	1.453	26	3	169	6	-	26	18.001
61 a 90 dias	5.236	10.837	1.435	25	3	168	6	-	25	17.735
91 a 180 dias	15.462	60.049	4.186	75	9	700	16	-	75	80.572
181 a 360 dias	32.159	57.393	7.831	146	18	4.788	32	-	128	102.495
Acima de 360 dias	509.403	487.765	63.281	3.088	769	121.236	834	-	780	1.187.156
Vencidas										
01 a 14 dias	-	752	67	6	2	4	8	-	2	841
Subtotal	572.857	643.839	79.725	3.391	807	127.236	908	-	1.062	1.429.825

Carteira imobiliária - Operações por curso										
Operações em curso anormal (*)										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016 Total
Vincendas										
01 a 30 dias	-	138	278	247	152	272	75	80	105	1.347
31 a 60 dias	-	137	276	246	151	268	75	79	104	1.336
61 a 90 dias	-	137	275	244	150	265	74	78	102	1.325
91 a 180 dias	-	408	813	726	446	1.946	216	233	298	5.086
181 a 360 dias	-	802	1.585	1.424	858	1.446	420	449	566	7.550
Acima de 360 dias	-	20.868	38.045	36.026	19.753	29.747	10.859	11.077	11.821	178.196
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	233	185	108	173	33	37	53	822
15 a 30 dias	-	286	202	155	64	64	20	28	28	847
31 a 60 dias	-	-	505	337	142	1.143	53	62	59	2.301
61 a 90 dias	-	-	-	371	147	237	55	58	54	922
91 a 180 dias	-	-	-	162	374	462	184	181	176	1.539
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	179	230	315	448	1.172
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	172	172
Subtotal	-	22.776	42.212	40.123	22.345	36.202	12.294	12.677	13.986	202.615
Total	572.857	666.615	121.937	43.514	23.152	163.438	13.202	12.677	15.048	1.632.440

Carteira imobiliária - Operações por curso										
Operações em curso normal (*)										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015 Total
Vincendas										
01 a 30 dias	5.056	8.688	702	7	4	179	9	2	98	14.745
31 a 60 dias	5.010	8.529	695	7	4	177	9	2	25	14.458
61 a 90 dias	4.964	8.357	687	7	4	176	9	2	25	14.231
91 a 180 dias	14.623	89.315	2.015	21	13	519	26	6	55	106.593
181 a 360 dias	28.086	71.316	3.828	41	24	1.798	51	12	98	105.254
Acima de 360 dias	408.654	359.401	39.268	1.315	186	118.193	1.075	78	896	929.066
Vencidas										
01 a 14 dias	-	631	64	12	1	4	15	1	17	745
Subtotal	466.393	546.237	47.259	1.410	236	121.046	1.194	103	1.214	1.185.092

Carteira imobiliária - Operações por curso										
Operações em curso anormal (*)										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015 Total
Vincendas										
01 a 30 dias	-	107	174	208	98	53	54	22	74	790
31 a 60 dias	-	107	171	206	97	52	54	22	69	778
61 a 90 dias	-	107	168	205	96	53	53	21	68	771
91 a 180 dias	-	318	500	598	286	157	157	63	199	2.278
181 a 360 dias	-	630	978	1.121	552	305	304	115	362	4.367
Acima de 360 dias	-	15.992	23.115	26.322	10.913	23.518	6.557	1.871	8.630	116.918
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	153	198	51	32	15	11	31	491
15 a 30 dias	-	242	165	107	49	18	36	4	13	634
31 a 60 dias	-	-	307	277	98	48	32	13	41	816
61 a 90 dias	-	-	-	284	105	254	26	16	38	723
91 a 180 dias	-	-	-	159	256	200	1.175	45	111	1.946
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	58	135	79	778	1.050
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	77	77
Subtotal	-	17.503	25.731	29.685	12.601	24.748	8.598	2.282	10.491	131.639
Total	466.393	563.740	72.990	31.095	12.837	145.794	9.792	2.385	11.705	1.316.731

(*) Fluxo classificado por faixa de vencimento dos financiamentos e atraso contado a partir da prestação mais antiga em atraso.

c. Receitas de operações de crédito (registradas no grupo operações de crédito na demonstração de resultados)

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	843	1.323	1.146
Financiamentos	110.175	205.074	156.573
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.272	4.265	3.895
Total	113.290	210.662	161.613

d. Composição da carteira por atividade econômica

	31/12/2016	31/12/2015
Setor privado	1.632.440	1.316.731
Indústria	1.457	1.639
Habitação	1.630.983	1.315.092
Total	1.632.440	1.316.731

e. Concentração das operações de créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoas físicas	1.571.344	1.219.798
Pessoas jurídicas	61.096	96.933
Total	1.632.440	1.316.731

	31/12/2016	% da Carteira	31/12/2015	% da Carteira
Maior devedor	28.771	1,76	46.976	3,57
Dez maiores devedores	66.554	4,08	101.079	7,68
Vinte maiores devedores	79.808	4,89	112.438	8,54
Cinquenta maiores devedores	110.688	6,78	140.411	10,66
Cem maiores devedores	152.226	9,33	178.735	13,57

f. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco:

	31/12/2016		31/12/2015	
Nível de risco	% Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações
AA	-	572.857	-	466.393
A	0,5	666.615	3.333	563.740
B	1	121.937	1.219	72.990
C	3	43.514	1.306	31.095
D	10	23.152	2.315	12.837
E (i)	30	163.438	60.203	145.794
F	50	13.202	6.601	9.792
G	70	12.677	8.874	2.385
H	100	15.048	15.048	11.705
Total		1.632.440	98.899	1.316.731

(i) Por determinação do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos “desequilibrados” que se encontravam nos níveis “AA” até “D” para o nível “E” tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disso, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos “desequilibrados” classificados nos níveis de risco “F” a “H” foram reclassificados para o nível de risco “E”, desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observadas as determinações do inciso I e do § 2º do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

g. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e créditos baixados como prejuízo

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Saldo no início	(87.543)	(78.584)	(67.433)
Transferências para prejuízo	17.102	27.461	25.822
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(10.523)	(17.386)	(27.251)
Provisão constituída líquida de reversões	(17.935)	(30.390)	(9.722)
Saldo no final	(98.899)	(98.899)	(78.584)

Classificação no ativo

Circulante	(10.085)	(10.085)	(6.370)
Não circulante	(88.814)	(88.814)	(72.214)
Total	(98.899)	(98.899)	(78.584)

h. Outras informações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

Material em estoque
Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

Despesas antecipadas
Registra os pagamentos antecipados de seguros e garantias estendidas.

Provisão para desvalorização de outros valores e bens
Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta “bens em regime especial” após esgotados os prazos regulamentares de prorrogação e leilão.

11 Investimentos
Refere-se à participação acionária de 9,0905% na Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, no valor de R\$ 7.810, em 31 de dezembrode 2016 e 31 de dezembro de 2015. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida. O montante apropriado de juros referente à participação acionária na CIBRASEC, em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 350 (R\$ 319, em 31 de dezembro de 2015).

12 Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação - %	Custo	Depreciação	Exercício	
				2016 - líquido	2015 - líquido
Imobilizado					
Imobilizações em curso	0	740	-	740	2.191
Edificações	4	8.513	(1.454)	7.059	5.165
Móveis e equipamentos de uso	10	5.499	(2.656)	2.843	2.998
Sistema de comunicação	20	807	(449)	358	412
Sistema de processamento de dados	20	24.818	(13.693)	11.125	12.243
Sistema de transportes	20	890	(321)	569	747
Total		41.267	(18.573)	22.694	23.756

	Exercício 2016				
	Saldo inicial		Baixas/		Saldo final
	31/12/2015	Aquisições	Transferência	Depreciação	31/12/2016
Imobilizações em curso	2.191	740	(2.191)	-	740
Edificações	5.165	-	2.191	(297)	7.059
Móveis e equipamentos de uso	2.998	360	(38)	(477)	2.843
Sistema de comunicação	412	91	(10)	(135)	358
Sistema de processamento	12.243	2.824	(6)	(3.936)	11.125
Sistema de transporte	747	-	-	(178)	569
Total	23.756	4.015	(54)	(5.023)	22.694

	Exercício 2015				Saldo final 31/12/2015
	Saldo inicial 31/12/2014	Baixas/ Transferência		Depreciação	
	Aquisições				
Imobilizações em curso	-	2.191	-	-	2.191
Edificações	5.418	-	-	(253)	5.165
Móveis e equipamentos de uso	2.849	617	(27)	(441)	2.998
Sistema de comunicação	344	224	(27)	(129)	412
Sistema de processamento	7.223	8.612	(16)	(3.576)	12.243
Sistema de transporte	408	806	(300)	(167)	747
Total	16.242	12.450	(370)	(4.566)	23.756

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 5,45%, em 31 de dezembro de 2016 (6,59%, em 31 de dezembro de 2015), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

13 Intangível
Refere-se a aquisição de licenças de uso de *softwares* e de sistemas. A amortização é efetuada no prazo de 36 a 60 meses.

	Exercício 2016				
	Saldo inicial 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo Final 31/12/2016
Licenças de uso <i>Softwares</i> e Sistemas	19.671	8.793	(1.735)	(2.877)	23.852

	Exercício 2015				
	Saldo inicial				Saldo Final
	31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2015
Licenças de uso <i>Softwares</i> e Sistemas	10.861	11.058	-	(2.248)	19.671

14 Depósitos a prazo
As obrigações inscritas em “Depósitos a Prazo”, no valor de R\$ 702.668, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 609.191, em 31 de dezembro de 2015), compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica (remuneração é vinculada à taxa DI e TR mais juros de 6,5% a.a.) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a.). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	
	2016	2016	2015
Despesas de captação	39.539	74.959	62.497
Depósitos especiais	39.539	74.959	62.497

Despesas de captações com depósitos especiais (registradas no grupo operações de captação no mercado na demonstração de resultados).

15 Recursos de aceites e emissão de títulos
a. LCI negociadas junto ao Banco de Brasília S.A.
Foi estabelecido com o Banco de Brasília S.A. (BRB) um acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) com fulcro na emissão de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) por parte da POUPEX com respectiva contrapartida na aplicação de CDI-PÓS no BRB (nota 5.a.) lastreado em *netting* (cláusula de compensação nos termos do Art. 368 do Código Civil) como forma de mitigar o risco de crédito a que as Instituições estão sujeitas em decorrência dessa multiplicidade de operações beneficiando ambas as partes. O acordo POUPEX-BRB está amparado pela Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e no Art. 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com respectivo registro na CETIP. A emissão da LCI em *netting* com o BRB no valor de R\$ 50.000, que ocorreu em 22 de janeiro de 2016, culminou na sua compensação em 23 de janeiro de 2017.

b. LCI negociadas por meio de corretoras
Refere-se a LCIs emitidas pela POUPEX e que estão disponibilizadas ao mercado por meio de corretoras contratadas para negociar os lotes.Os títulos emitidos alcançam o vencimento e, consequentemente a disponibilidade para resgate, a partir do 90º dia de sua venda, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.410, de 28 de maio de 2015.

	31/12/2016	31/12/2015
	2016	2015
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	167.634	-
Títulos com opção de resgate atingida	55.542	-
Emissão compreendida entre 1 a 90 dias	112.092	-

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	
	2016	2016	2015
Despesas com juros sobre LCI	11.037	14.477	-
Juros LCI	11.037	14.477	-

	31/12/2016	31/12/2015
	2016	2015
16 Outras obrigações		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	11	20
Fiscais e previdenciárias	35.706	32.977
Diversas	81.559	113.692
Total	117.276	146.689

a. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados
Registra os Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre empréstimos e financiamentos de imóveis comerciais e outros.

b. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2016	31/12/2015
	2016	2015
Impostos e contribuições a recolher (b.1)	12.820	10.671
Provisão para riscos fiscais (b.2)	22.886	22.306
Total	35.706	32.977

b.1. Impostos e contribuições a recolher
Registra os tributos devidos pela Instituição ou retidos na fonte.

b.2. Provisões para riscos fiscais
Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente de julgamento de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 22.886 (R\$ 22.306, em 31 de dezembro de 2015).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta Instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$103.147 e ao PIS o de R\$ 9.412. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

	31/12/2016	31/12/2015
	2016	2015
Obrigações com vendedores de imóveis / financiados (c.1)	9.400	33.924
Obrigações por contribuições ao SFH (c.2)	1.153	1.434
Provisão para pagamentos a efetuar (c.3)	42.906	40.323
Provisão para passivos contingentes (c.4)	22.099	25.146
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	645	487
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	791	584
Valores transitórios - Sistema PEX (c.5)	-	4.705
Encargos e amortizações recebidas – Financiamentos	2.112	2.159
Valores sob análise – SICOM	1.412	1.621
Valores a repassar a construtoras	19	454
Outros credores	1.022	2.855
Total	81.559	113.692

c.1. Obrigações com vendedores de imóveis / financiados
Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra referente ao financiamento para construção e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela Instituição.

c.2. Obrigações por contribuições ao SFH
Registra o valor das contribuições mensais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

c.3. Provisão para pagamentos a efetuar
Registra os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

c.4. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis
A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
	2016	2015
Passivos trabalhistas	2.988	2.069
Poupança	4.327	3.704
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	14.508	19.265
Outros	276	108
Total	22.099	25.146

No segundo semestre de 2015, houve uma evolução do saldo de “Financiamento Imobiliário – Ações Judiciais” em razão da revisão do prognóstico de uma ação ajuizada pela massa falida da Construtora Campanário em desfavor da POUPEX. Os últimos julgamentos realizados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) passaram a indicar maior probabilidade de insucesso na lide e, por esta razão, a POUPEX alterou o grau de risco dessa ação de possível para provável, e constituiu provisão conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 25. No segundo semestre de 2016, a POUPEX efetuou pagamento junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na ordem de R\$ 7.920, a favor da massa falida da Construtora Campanário, com a finalidade de encerramento da ação revocatória ajuizada pela massa falida da construtora.

i. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis				
Contingências	Saldo em 31/12/2015	Movimentação no exercício 2016		Saldo em 31/12/2016
		Entradas	Saídas	
Trabalhistas	2.069	1.268	(349)	2.988
Cíveis	23.077	4.854	(8.820)	19.111
Total	25.146	6.122	(9.169)	22.099

Contingências	Movimentação no exercício 2015			
	Saldo em 31/12/2014	Entradas	Saídas	Saldo em 31/12/2015
Trabalhistas	365	2.105	(401)	2.069
Cíveis	5.349	18.695	(967)	23.077
Total	5.714	20.800	(1.368)	25.146

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis
ii.1 Provisão para riscos trabalhistas
Objeto das ações trabalhistas: horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias, indenização por dano moral, restituição de descontos de seguro e previdência privada.

ii.2 Provisão para riscos cíveis
A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de contratos de financiamento imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

d. Passivos contingentes – Risco possível
As demandas classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões. Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823, de 16 de dezembro de 2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota. Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Instituição.

	Quantidade	31/12/2016	Quantidade	31/12/2015
Condomínio	2	18	3	23
Crédito Imobiliário	418	2.027	533	2.443
Empréstimo Simples	18	99	21	166
Fundo de Apoio Moradia - FAM	4	106	3	101
Material de Construção	3 (*)	2	6	11
Poupança	60	879	63	1.041
Trabalhista	5	559	9	869
Outros	4	14	2	31
Total	514	3.704	640	4.685

(*) Processos sem desembolso
Ações – Condomínio
Representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário
Representam pedidos de revisão de sistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover de execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)
Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção
Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações – Poupança
Objeto das ações: diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Planos Collor I e II).

c.5. Sistema PEX/Poupança Livre – Não sujeitas a compulsório
Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição.

17 Patrimônio Líquido
O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	31/12/2016	31/12/2015
	2016	2015
Patrimônio Líquido	5.383.185	5.188.039
Recursos de associados poupadores	4.484.693	4.409.980
Reservas de Resultados	906.107	779.377
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.615)	(1.318)

a. Recursos de associados poupadores
Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na nota explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Líquido e não no Passivo Exigível por se tratar de Instituição de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	
	2016	2016	2015
Despesas de captação	174.809	341.199	330.610
Depósitos de Poupança	171.369	334.464	324.039
FGC	3.440	6.735	6.571

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados).

b. Reservas de resultados
Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração, por meio da Resolução nº 002, de 17 de abril de 2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial – TVM
Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

18 Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados
a. Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	
	2016	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	3.339	5.923	5.064
Reversão de imposto de renda	717	1.454	1.434
Reversões de ações judiciais	190	625	1.517
Reversões de PIS e COFINS	88	1.244	18.328
Outras reversões	202	515	303
Outras rendas (*)	6.350	6.953	918
Total	10.886	16.714	27.564

(*) Neste total, o montante de R\$ 5.944 refere-se a estorno de atualização monetária e juros indevidos, em função de divergência nas metodologias de cálculo utilizadas pela POUPEX e a Administradora do FCVS - Caixa Econômica Federal, no encontro de contas das instituições, relativamente ao FCVS.

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	
	2016	2016	2015
Salários	36.779	66.363	55.835
Benefícios	6.929	13.459	10.681
Encargos sociais	15.679	29.563	25.537
Treinamentos/estagiários	959	1.849	1.384
Total	60.346	111.234	93.437

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	
	2016	2016	2015
Despesas de comunicação	818	1.900	1.703
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.602	2.993	2.629
Despesas de material	542	1.239	1.018
Despesas de processamento de dados	3.230	6.177	4.938
Despesas de promoções e relações públicas	1.479	2.153	2.246
Despesas de propaganda e publicidade	4.010	4.908	4.868
Despesas de publicações	528	865	480
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.797	5.799	6.531
Despesas de serviços de terceiros	940	1.740	3.576
Despesas de serviços técnicos especializados	2.883	5.620	4.273
Despesas de transporte	232	466	423
Despesas de viagens	385	745	771
Despesas com indenizações trabalhistas	860	1.560	2.341
Despesas com uniformes	445	531	181
Despesas de copa e cozinha	336	645	345
Despesas de consignação	400	754	633
Despesas de depreciação/amortização	4.243	7.900	6.814
Outras	290	444	568
Total	26.020	46.439	44.338

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2016			
Valores expressos em milhares de Reais			

d. Despesas tributárias

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
IPTU	1	26	26
Imposto de renda	4.587	9.334	8.789
IOF	243	468	416
Taxas	5	42	56
ISS	114	253	229
COFINS	7.787	14.989	12.665
PIS	1.265	2.435	2.058
Atualizações	871	1.736	2.526
Total	14.873	29.283	26.765

e. Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Retomada de imóveis	1.088	2.372	1.581
Contribuições para associações	113	221	201
Atualizações diversas	892	1.976	1.047
Despesas com ações judiciais	3.504	6.176	19.382
Resíduos de prestação/amortização/seguros	16	148	378
Descontos concedidos em renegociação	7.503	13.414	9.313
Despesas de contribuição ao SFH	467	997	986
Provisões para perdas com FCVS	11	54	164
Prejuízo com financiamento/sinistro	212	1.141	484
Outras provisões operacionais	0	1.183	2.530
Complemento/Devolução de prestações	564	564	-
Despesas com imóveis de terceiros	848	1.542	2.883
Outras	684	1.440	1.347
Total	15.902	31.228	40.296

f. Resultado não operacional

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Resultados na alienação de valores e bens	2.749	3.804	2.104
Perda líquida de capital	36	40	19
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(24)	(54)	(68)
Despesas com provisões não operacionais	(121)	(221)	(9)
Total	2.640	3.569	2.046

19 Partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE), conforme dispositivo previsto na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Nos termos dessa legislação, os administradores da POUPEX são cedidos, designados e remunerados pela Fundação Habitacional do Exército e seus proventos tiveram como base a sua tabela de remuneração até julho de 2016 (Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, art. 1º, § 2º e art. 3º). A partir da folha de Agosto de 2016, os administradores passaram a ser remunerados pelo exercício das atividades desenvolvidas em cada Instituição de forma independente, conforme prevê as alterações ocorridas no Estatuto da FHE, aprovado pelo Comando do Exército e publicado no DOU, de 13 de outubro de 2016.

A POUPEX não concede empréstimos aos membros da Diretoria Colegiada, em conformidade à proibição a todas as instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

a. Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência disso, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal (exceto Diretoria) e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No exercício de 2016, o montante de ressarcimento foi de R\$ 223.203 (R\$ 195.388, no exercício de 2015).

b. Depósitos – No grupo de depósito a prazo registram-se os depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cujo encargo totalizou, no exercício de 2016, R\$ 8.174 (R\$ 7.932, no exercício de 2015).

c. Cessão de Crédito – Financiamentos cessão de crédito – Referem-se a financiamentos cedidos. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 193.528, no exercício de 2016 (R\$ 184.969, no exercício de 2015). Eles decorrem de contratos para aquisição de financiamento imobiliário e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d. Aquisição de CVS – A FHE recebeu do FCVS títulos de CVS em decorrência de novação de créditos. Estes títulos foram registrados na CETIP em nome da POUPEX com autorização jurídica do próprio Tesouro Nacional. A FHE vendeu os títulos recebidos à vista para a POUPEX, com deságio. A aquisição dos títulos CVS desta transação foi na ordem de R\$ 5.413.

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército (FHE) estão assim resumidos:

	31/12/2016				31/12/2015			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento:	32.608	-	-	-	27.692	-	-	-
Folha de pessoal	28.784	-	-	-	25.868	-	-	-
Custo de processamento	3.824	-	-	-	1.824	-	-	-
Depósito especial	-	-	71.071	-	-	-	68.085	-
FHE	-	-	71.071	-	-	-	68.085	-
Total	32.608	-	71.071	-	27.692	-	68.085	-

Contas de resultado

	2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Ressarcimento - pessoal	103.333	194.358	171.738
Ressarcimento - TI	15.980	28.845	23.650
Encargos de captação	(4.448)	(8.174)	(7.932)

As transações com a Instituição de previdência complementar estão divulgadas na nota explicativa nº 20.

20 Benefício a empregados (fundo de pensão)

a. Descrição geral das características do plano

O Plano Misto de Benefícios POUPREV estrutura-se na modalidade de Contribuição Variável, sendo Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder e Benefício Definido para os benefícios de risco a conceder. Os benefícios concedidos são vitalícios.

O Plano é patrocinado pela POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo, patrocinador principal e pela POUPREV - Fundação de Seguridade Social, a qual é a administradora e executora do Plano de benefícios em epígrafe, com início em abril de 2000.

Características	Plano Misto de Benefícios POUPREV
Modalidade (consoante à Resolução MPS/CGPC16/2005)	Contribuição Variável - CV
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadores	POUPREV - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL e ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
Tipo de Patrocínio	Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001
Quantidade de Grupo de Custeio	1 (um)
Texto Regulamentar vigente	Última alteração aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 50.041, de 22 de dezembro de 2016

São assegurados pelo Plano os seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria
- Renda de Aposentadoria por Invalidez
- Renda de Pensão por Morte
- Renda de Abono Anual

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano Misto de Benefícios POUPREV é financiado por contribuições participantes e patrocinadoras, sendo que estas vêm assumindo o custeio integral dos benefícios de risco (Renda de Aposentadoria por Invalidez e Renda de Pensão por Morte).

b. Avaliação atuarial do benefício pós-emprego

A Avaliação Atuarial do Benefício Pós-Emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano Misto de Benefícios POUPREV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para o 2º semestre de 2016, considerando os dados e informações disponibilizadas, bem como as hipóteses e parâmetros atuariais definidos pela POUPEX, consubstanciados nos estudos de *Duration* do Passivo, previamente dimensionado pela Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN, bem como na análise técnica atuarial das demais hipóteses aplicáveis.

b.1 Estatística Descritiva Populacional

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano Misto de Benefícios POUPREV na data base de 30/11/2016, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, aquela utilizada na Avaliação anterior, que estava posicionada em 30/11/2016:

Estatística populacional	31/12/2016	31/12/2015
Participantes Ativos	1.293	1.248
Idade Média (anos)	41	40
Participantes Auto patrocinados	9	5
Idade Média (anos)	37	34
Participantes em BPD	2	1
Idade Média (anos)	63	69
Aposentados Válidos	16	17
Idade Média (anos)	70	69
Aposentados Inválidos	9	11
Idade Média (anos)	60	60
Pensionistas (número de beneficiários)	17	13
Idade Média (anos)	44	45

b.2 Análise da qualidade da base cadastral

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 30/11/2016 foi submetida à análise de consistência e suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo que após ratificações da Entidade administradora, julgadas válidas e exatas para fins de Avaliação Atuarial, consoante o Pronunciamento CPC 33 (R1).

b.3 Apuração de *Duration* do passivo

Uma vez validada a base cadastral, a Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN promoveu a apuração da *Duration* (duração) do passivo do Plano Misto de Benefícios POUPREV, considerando as Hipóteses e Premissas Atuariais adotadas na Avaliação Atuarial, resultando no valor de **12,61** pontos.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 31 de dezembro de 2016, auferindo a Taxa Real de Juros em **5,69%** ao ano a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

c. Hipóteses e premissas atuariais

As Hipóteses e Premissas Atuariais correspondem a instrumentos financeiros, estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir o valor presente dasobrigações e deveres futuros, considerando desde as probabilidades decrementais (eventos de morte, sobrevivência, morbidez, invalidez e desligamento), até a expectativa de rentabilidade futura, projeções salariais, ambiente inflacionário, dentre outros, observado o que determina o Pronunciamento CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais inerentes a um plano de benefícios regido com característicasde Benefício Definido - BD têm como base as Hipóteses e Premissas Atuariais, que envolvem, independentemente do método atuarial de capitalização utilizado, projeções futuras acerca dos parâmetros acima elencados, devendo estes estarem adequados às características do conjunto de participantes/assistidos e ao respectivo Regulamento, conforme legislação previdenciária aplicável.

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Apresentamos a seguir as Hipóteses e Premissas Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial, comparativamente a aquela realizada no exercício de 2015:

Hipóteses e premissas atuariais	31/12/2016	31/12/2015
Elegibilidade	Primeira elegibilidade	Primeira idade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
Composição familiar		
Ativos	Hx (EXP. POUPREV 2015)	Hx (EXP. POUPREV 2015)
Aposentados	Cadastro individual	Cadastro individual
Crescimento real de salários	3,52%	3,71%
Taxa de rotatividade	GAMA - ROT	GAMA - ROT
Taxa real anual de juros	5,69%	7,22%
Taxa de inflação projetada	4,96% *	6,94%
Taxa anual de juros	10,93%	14,66%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	10,93%	14,66%
Tábua de entrada em invalidez	MÜLLER	MÜLLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M (Agravada em 100%)	AT-49 M (Agravada em 100%)
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F
Índice de atualização	INPC	INPC
Principais hipóteses atuariais	31/12/2016	31/12/2015
Crescimento real de salários	3,52%	3,71%
Taxa real anual de juros	5,69%	7,22%
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F

* Projeção BACEN – Séries Temporais – 06/01/2017.

d. Demonstrativo técnico de resultado

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1), o Plano Misto de Benefícios POUPREV está segregado em Benefício Definido - BD e Contribuição Definida – CD, conforme a seguir apresentado:

Exercício - 2016			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(41.297)	(199.504)	(240.801)
Ativo justo	70.344	199.504	269.848
(Deficit) / Superavit	29.047	-	29.047

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	1.673	6.511	8.184
Contribuições administrativas	34	130	164
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.707	6.641	8.348

Exercício - 2015			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(29.960)	(144.837)	(174.797)
Ativo justo	58.306	144.837	203.143
(Deficit) / Superavit	28.346	-	28.346

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	1.753	5.439	7.192
Contribuições administrativas	36	111	147
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.789	5.550	7.339

d.1 Conciliação dos ativos do plano

	31/12/2016	31/12/2015
Valor do ativo justo no início do período	64.339	57.304
Receita de juros dos ativos	4.355	4.207
Contribuições do patrocinador	1.673	1.752
Benefícios pagos	(1.161)	(959)
Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo	1.138	(3.998)
Valor do ativo justo no final do período	70.344	58.306

d.2 Conciliação do valor presente da obrigação em BD

	31/12/2016	31/12/2015
Valor da obrigação atuarial no início do período	(34.791)	(34.863)
Custo de juros líquido	(2.484)	(2.643)
Custo do serviço corrente líquido	(1.786)	(1.967)
Benefícios pagos	1.161	959
Ganhos / (perdas) sobre a obrigação atuarial	(3.397)	8.553
- Ganhos / (perdas) decorrentes da experiência	(1.945)	3.894
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	-
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudança financeira	(1.452)	4.659
Valor da obrigação atuarial no final do período	(41.297)	(29.960)

d.3 Conciliação do efeito do teto do ativo (asset ceiling)

	31/12/2016	31/12/2015
Valor do Efeito do Teto do Ativo no início do período	(29.548)	(22.441)
Receita de Juros sobre o Teto do Ativo	(1.871)	(1.565)
Ganhos / (Perdas) sobre o Teto do Ativo	2.372	(4.340)
Valor do Efeito do Teto do Ativo no final do período	(29.047)	(28.346)

d.4 Reconhecimento na DRE da patrocinadora

	31/12/2016	31/12/2015
Custo do serviço corrente líquido	(1.786)	(1.967)
- Custo do serviço corrente líquido	(1.786)	(1.967)
Custo de juros líquido	-	-
- Custo de juros da obrigação	(2.484)	(2.643)
- Receita de juros dos ativos	4.355	4.207
- Juros sobre o teto do ativo	(1.871)	(1.564)
Total a ser reconhecido	(1.786)	(1.967)

d.5 Reconhecimento em outros resultados abrangentes

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos / (perdas) sobre o ativo justo	1.138	(3.998)
Ganhos / (perdas) sobre a obrigação atuarial	(3.397)	8.553
- Ganhos / (perdas) decorrentes da experiência	(1.945)	3.894
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	-
- Ganhos / (perdas) decorrentes de mudança financeira	(1.452)	4.659
Ganhos / (perdas) sobre o teto do ativo	2.372	(4.340)
Total a ser reconhecido	113	215

d.6 Reconhecimento no balanço da patrocinadora

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo justo do plano	70.344	58.306
Valor presente da obrigação de benefício definido	(41.297)	(29.960)
Superavit / (Deficit) do plano	29.047	28.346
Efeito do teto do ativo	(29.047)	(28.346)
Status da obrigação de benefício definido	-	-

Resumos dos lançamentos	31/12/2016	31/12/2015
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-
Despesa do período (DRE)	(1.786)	(1.967)
Outros resultados abrangentes (ORA)	113	214
Contribuições do patrocinador (CAIXA)	1.673	1.753
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-
d.7 Apuração do ativo justo do plano	31/12/2016	31/12/2015

Realizável	4.700	3.439
Títulos públicos	138.684	84.357
Créditos privados e depósitos	47.270	41.972
Fundos de investimentos	76.892	69.815
Empréstimos	23.075	18.814
Exigível operacional	(3.672)	(2.437)
Fundo previdencial	(15.634)	(11.612)
Fundo administrativo	(4.700)	(3.439)
Fundo de investimentos	(2.572)	(2.063)
Ajuste para mercado	5.805	4.297

Ativo justo total	269.848	203.143
Parte-BD	70.344	58.306
Parte-CD	199.504	144.837

d.8 Categorias de investimentos dos ativos

	31/12/2016	31/12/2015
Realizável	1,62%	1,57%
Títulos públicos	47,72%	38,63%
Crédito privados e depósitos	16,27%	19,22%
Fundos de investimentos	26,46%	31,97%
Empréstimos	7,94%	8,61%

d.9 Política de investimento dos ativos

A POUPREV (Entidade administradora do Plano de Benefícios) aplica os recursos financeiros do Plano Misto de Benefícios POUPREV em conformidade com a Política de Investimentos para o quinquênio 2017 - 2021,com revisão anual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2016

Valores expressos em milhares de Reais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, solvência, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano de Benefícios.

A Política de Investimentos segue os ditames da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, tendo como *benchmarks* o indexador do Plano INPC acrescido de 4,50% ao ano, referente aos juros reais do Plano de Benefícios.

Por fim, a Política de Investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros do Plano.

d.10 Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(41.542)	(41.109)	(41.711)	(40.897)	(40.279)	(42.360)	(41.297)
Valor justo dos ativos do plano	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344	70.344
Superavit / (Deficit) técnico do plano	28.802	29.235	28.633	29.447	30.065	27.984	29.047

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período. Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observada alteração nos parâmetros de taxa de desconto de 13,09% (06/2016).

d.11 Fluxo atuarial projetado de pagamentos

Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

	Valores esperados	Posição em 31/12/2016
	Até 1 ano:	1.217
	De 1 ano a 2 anos:	2.724
	De 2 anos a 5 anos:	11.088
	Acima de 5 anos:	132.912
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:		147.941

Considerando o fluxo de pagamento dos benefícios da parte BD, apurou-se uma *Duration* para o Plano de Benefícios de 12,61 anos (pontos).

d.12 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre

	30/06/2017
Custo do serviço corrente líquido	(2.090)
- Custo do serviço corrente líquido	(2.090)
Custo de juros líquido	-
- Custo de juros da obrigação	(2.452)
- Receita de juros dos ativos	4.018
- Juros sobre o teto do ativo	(1.566)
Total a ser reconhecido	(2.090)

d.13 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
- Contribuições normais	1.763	6.858	8.621
- Contribuições administrativas	35	137	172
- Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.798	6.995	8.793

21 Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a. Processo de Gerenciamento de Riscos

A metodologia de gerenciamento de riscos adotada pela Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX inclina-se a considerar o nível de complexidade das operações realizadas, mantendo estrutura suficiente para desenvolver métricas e estudos que fundamentem os testes praticados, com o objetivo de resguardar a Instituição de situações que possam se apresentar, em função de movimentos de mercado e da conjuntura do país.

No contexto institucional, há ambiente favorável para que sejam desenvolvidos monitoramentos acerca das operações realizadas, como também há disponibilização de sistema específico de acesso aos dados necessários para a condução das atividades de gerenciamento de riscos, cujos resultados são evidenciados por relatórios periódicos, sempre disponibilizados à apreciação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração, que formam a Administração Superior da POUPEX e representam a Governança. A POUPEX conta com a atuação de uma área específica para o gerenciamento dos riscos, denominada Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, vinculada diretamente ao Diretor de Riscos, representado pelo Vice-Presidente, e apartada das Unidades Técnicas Administrativas – UTA, que representam as Gerências, e da Auditoria Interna. A Instituição é integrante do Sistema Financeiro Nacional – SFN e do Sistema Financeiro Habitacional – SFH.

As diretrizes institucionais são documentadas em políticas e manuais de procedimentos, que são revisados periodicamente para garantir o aperfeiçoamento das metodologias utilizadas e a divulgação por toda a Instituição. As informações relacionadas ao gerenciamento de riscos são disponibilizadas na intranet, no sentido de selar a cultura de transparência das atividades desenvolvidas. Os relatórios de gerenciamento de riscos são aprovados pela Administração Superior e publicados, na sequência, na página da Instituição na internet, em <http://www.poupex.com.br/institucional/gestao-de-riscos>.

A definição dos níveis de riscos aceitáveis pela Instituição está a cargo da Administração Superior, sendo que o Vice-Presidente caracteriza-se como o diretor responsável pelo gerenciamento dos Riscos de mercado, de Crédito, Operacional e o Gerenciamento de Capital, cabendo ao Diretor de Administração responder pelo Risco de Liquidez.

b Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados. Os Princípios Básicos da gestão de risco de crédito estão na Resolução CMN nº 3.721, de 30 de abril de 2009.

O seu gerenciamento consiste na adoção de políticas, normas e procedimentos com o objetivo de identificar, mensurar e monitorar os riscos associados às operações de crédito, assim como a determinação de medidas para mitigar possíveis riscos. Valendo-se de uma estrutura de informações gerenciais relacionadas às carteiras de financiamento imobiliário e de aplicação financeira, o gerenciamento avalia se as posições da Instituição estão sendo obedecidas, e cumpridos os limites estabelecidos, as leis e os regulamentos aplicáveis, disponibilizando à Administração Superior informações que subsidiem a tomada de decisão. O acompanhamento desse risco é feito desde sua concessão/contratação, mensalmente até sua liquidação, aumentando a probabilidade de recuperação de possíveis perdas.

Os procedimentos adotados no gerenciamento desses riscos encontram-se consonantes com os regulamentos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as normas internas da Instituição.

c. Risco de Mercado

O gerenciamento consiste em administrar os riscos decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. Para a POUPEX, as oscilações podem ser resultantes das variações das taxas de juros e dos índices de preços. As atividades de mensuração, monitoramento e controle das exposições são realizadas pela CORCI, que tem a responsabilidade de submeter a revisões periódicas os processos de gestão e controle de Risco de Mercado, a fim de mantê-lo alinhado ao mercado e aderente ao processo de melhoria contínua.

O gerenciamento desse risco abrange tanto a carteira disponível para negociação quanto as demais posições, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição correspondente.

Os procedimentos adotados no gerenciamento desses riscos encontram-se consonantes com os regulamentos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – BACEN e as normas internas da Instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez define as diretrizes e estratégias aplicáveis no monitoramento dos processos internos da POUPEX, com o propósito de garantir a adequada administração dos riscos.

Os Fatores de Risco – FR das operações mantidas pela Instituição são sujeitas às variações das taxas prefixadas referenciadas em TR, CDI, SELIC, IPC-A e IGP-M, que são calculados de acordo com o estabelecido pelo BACEN. Assim, os principais riscos de mercado assumidos concentram-se em renda fixa.

O controle desse risco é realizado com base na segregação por Fatores de Riscos - FR das operações mantidas pela Instituição. As técnicas de gerenciamento e mensuração de riscos variam conforme a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Para apuração do risco da carteira de negociação são utilizadas as metodologias definidas pelo Órgão Regulador. Todavia para a carteira não disponível para negociação utiliza-se o Fluxo de Caixa Descontado, contudo os testes de estresse são os estipulados pelo BACEN.

Devido à característica conservadora de administração de recursos, a POUPEX não opera com ativos de maior risco, mantendo a exposição ao risco de mercado reduzido.

DIRETORIA	
ERON CARLOS MARQUES Presidente	RICARDO BARBALHO LAMELLAS Vice-Presidente
RICARDO JOSÉ ANDRADE LEITE VIANA Diretor	CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO Diretor
JOSÉ RICARDO KÜMMEL Diretor	JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES Diretor
CLAUDIO ROGERIO PINTO Diretor	

COMITÊ DE AUDITORIA - COAUD	
RICARDO JOSÉ ANDRADE LEITE VIANA Membro	JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES Membro

SÍNTESE DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 2º SEMESTRE/2016

A atuação do gerenciamento dos riscos é atrelada aos controles internos, com patrocínio da Governança Corporativa, tendo como foco a manutenção de estrutura permanentemente voltada a priorizar a prevenção ante as exposições operacionais que possam se refletir nos negócios da Instituição.

A filosofia disseminada junto aos gestores exalta a relevância das medidas de controles implementadas nos processos de trabalho, o que resguarda a imagem da Instituição frente a seu público e partes relacionadas, considerando-se, sobretudo, o papel social que desenvolve no meio em que está inserida.

O Risco Operacional atua em parceria com o Sistema de Controles Internos – SCI e tem por objetivo certificar-se das medidas efetivas de gestão, mensuração e monitoramento realizadas na Instituição. A obtenção das informações para determinar o gerenciamento de capital dá-se em parceria com a Consultoria de Gestão Organizacional – COGEO, responsável pela elaboração e acompanhamento do orçamento empresarial.

A Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI é a responsável pelo gerenciamento dos riscos, estando aparelhada para tratar tanto os financeiros (crédito, mercado e liquidez) como o operacional, considerando, ainda, o nível de complexidade e extensão das operações desenvolvidas.

O gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez dá-se pela realização de testes e exercícios contábeis e financeiros, que visam verificar o nível de aderência das operações às condições mais severas que possam ocorrer, e o Risco de Crédito monitora principalmente a carteira imobiliária, avaliando as movimentações entre os níveis de risco previstos pela Resolução CMN nº 2.682, de 2 de dezembro de 1999, além dos limites máximos de exposição previstos na Resolução CMN nº 4.379, de 30 de outubro de 2014.

d. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não honrar eficientemente suas obrigações, esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O processo de gerenciamento do Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, além da realização periódica de testes de estresses.

APOUPEX detém baixo risco de liquidez em função do elevado montante aplicado em operações com disponibilidade imediata, e possui um plano de contingência com procedimentos específicos para fazer frente a eventual caso de crise de liquidez. O Plano de Contingência, as Normas e Políticas referentes ao Risco de Liquidez são submetidos a revisões periódicas.

e. Risco Operacional

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Os princípios básicos adotados pela Instituição e aprovados pela Administração Superior, na gestão e controle do risco operacional, foram estabelecidos em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006.

A Instituição dispõe de estrutura e políticas que visam, entre outros objetivos, o mapeamento dos processos operacionais e sistêmicos, o mapeamento de controles existentes e análise dos riscos inerentes à análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles voltados à mitigação dos riscos incorridos, e o cálculo de capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas práticas de mercado e adequadas às exigências regulatórias, prevendo avaliação e monitoramento por indicadores.

O gerenciamento de Risco Operacional conta com o suporte da Governança, está vinculado ao Sistema de Controles Internos – SCI e possui papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a confirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, o que assegura a independência entre as áreas e, consequentemente, contribui para que se encontrem parâmetros equilibrados em relação aos riscos dessa natureza.

A Instituição tem estabelecida Diretriz-Geral da Presidência que orienta para o aprimoramento contínuo dos procedimentos que se vinculam ao gerenciamento de riscos, que é caracterizado pela descentralização das ações executadas pelas áreas de negócio e pelo monitoramento centralizado conduzido pela Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI.

Os eventos de Risco Operacional reconhecidos pela Instituição são aqueles relacionados no § 2º do art. 2º da Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, além de outras categorias que eventualmente mereçam enquadramento diferenciado.

A atuação da estrutura de gerenciamento de Risco Operacional permite a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle, com abordagem em relatório com periodicidade mínima anual. A Política de Gerenciamento de Risco Operacional é disseminada nos diversos níveis da Instituição.

f. Capital Regulatório

A apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) é estabelecida com base nas demonstrações contábeis, observadas as Resoluções CMN nºs 4.192, de 1º de março de 2013, e 4.193, de 1º de março de 2013, e a Circular BACEN nº 3.726, de 06 de dezembro de 2014. O PR é a base utilizada pelo BACEN para definir limites operacionais que devem ser seguidos por todas as instituições financeiras. Ele é composto basicamente pelo somatório do capital de Nível I e do capital de Nível II, com as deduções previstas na citada norma e alterações. De forma complementar, a Resolução CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, instituiu os requerimentos mínimos de capital e o Adicional de Capital Principal. Atualmente essas informações são produzidas e encaminhadas ao Órgão Fiscalizador por meio do Documento 2061 – Documento de Limites Operacionais - DLO.

A adequação do PR é verificada constantemente, visando a assegurar a manutenção de sólida base de capital em situações normais ou em condições extremas de mercado, a fim de cumprir os requerimentos regulatórios e garantir a continuidade dos negócios.

A Instituição atende à determinação do Banco Central do Brasil para a manutenção permanente de capital (Patrimônio de Referência) e de adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades.

Os riscos são representados pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), que é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, e está suportado pela regulamentação em vigor, alcançando os registros nas contas ativas, passivas e de compensação.

APOUPEX adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme mensagem eletrônica nº 108048383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26 de maio de 2008, como metodologia para a apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}).

A seguir apresenta-se o cálculo do Patrimônio de Referência da POUPEX:

Patrimônio de Referência (PR)	31/12/2016	31/12/2015
Base de Cálculo	Exposição	Exposição
Patrimônio de Referência Nível I	892.770	778.059
Capital Principal (CP)	892.770	778.059
Reserva de Resultados	906.107	779.377
Ajuste a Valor de Mercado*	(7.615)	(1.318)
Sobras ou Resultados acumulados	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-
Ajustes Prudenciais II – Ativos Intangíveis	5.722	-
PR Nível I Desconsiderando AjustesPrudenciais	898.492	-
Capital Principal Ajustado II	904.214	-
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	892.770	778.059

*Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houve perdas não realizadas. **BN: alínea “c”, inc. I do art. 4º da Resolução CMN nº 4.192, de 1º março de 2013.**

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal

Os ajustes prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer a qualidade do Capital Principal, em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados. A partir de janeiro de 2016 a POUPEX passou a deduzir tais ajustes do Capital Principal, aplicando o percentual de 60% sobre os ativos intangíveis, constituídos a partir de outubro de 2013. De acordo com a Resolução CMN nº 4.192, de 1º março de 2013, esses percentuais corresponderão a 80% em 2017 e a 100% em 2018.

Índice de Basileia:

Conforme as recomendações do Comitê de Basileia, o Bacen estabeleceu limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, dentre os quais se destacam o Índice de Basileia (IB), Índice de Capital Principal (ICP) e o Índice de Capital Nível I (INI). A aplicação dos Acordos de Basileia no Brasil foi acompanhada de um maior rigor regulatório relativamente aos padrões internacionais. Desde Basileia I, o fator de ponderação aplicado ao ativo ponderado pelo risco definido pelo Bacen era de 11,0%, enquanto os padrões internacionais sugeriam um valor de 8,0% para este parâmetro (Circular BACEN nº 2.784, de 27 de novembro de 1997).

Com a adoção de Basileia III, o BACEN passou a promover a convergência dos requerimentos aplicados no Brasil aos padrões internacionais, exigindo das Instituições a manutenção de um índice mínimo de Basileia no intervalo de 10,5% a 13,0%. Também foram tratados os seguintes assuntos:

I – metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Para promover essa convergência, o BACEN determinou que o requerimento mínimo de patrimônio de referência converja, paulatinamente, dos 11,0% atuais para 8,0% a partir de 2019, tendo como contrapartida a introdução, também gradual, de três colchões de capital: de conservação, contracíclico e sistêmico, este último não aplicável a POUPEX. Reunidos numa única rubrica, intitulada adicional de capital principal, estes fatores deverão ter suas alíquotas progressivamente elevadas, de 2016 até 2019. Os limites mínimos de PR, Capital Principal e Capital Nível I, em linha com o cronograma de implantação dos novos requerimentos de capital, são os seguintes:

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência – PR*	11,00%	9,875%	9,25%	8,625%	8,00%
Adicional de Capital Principal (ACP)	-	1,25%	2,5%	3,75%	5,00%
ACP-Conservação	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
ACP-Contracíclico	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Novo Requerimento de Capital	11,00%	11,13%	11,75%	12,38%	13,00%

* O Patrimônio de Referência, o Capital Principal e o Capital de Nível I da Instituição possuem o mesmo valor.

Os Índices de Capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 4.192, de 1º de março de 2013 e 4.193, de 1º de março de 2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, estando distribuído conforme no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
	Exposição	Exposição
Índice de Basileia – IB	36,28	19,86
Índice de Capital Principal – ICP	36,28	19,86
Índice de Nível I - INI*	36,28	19,86
Índice de Imobilização	5,45	6,59

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CA	
ARAKEN DE ALBUQUERQUE Presidente	ERON CARLOS MARQUES Vice-Presidente
RICARDO BARBALHO LAMELLAS Secretário	ULLISSES CHRISTIAN SILVA ASSIS Conselheiro
JOSÉ LUIZ DE PAIVA Conselheiro	ORLANDO HUMBERTO COSTA JÚNIOR Conselheiro
ANTONIO CESAR ALVES ROCHA Conselheiro	

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE	
CLAUDIO ROGERIO PINTO Coordenador	JOSIANE RODRIGUES NEIVA Contadora - CRC-DF 009.841/O-7

SÍNTESE DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 2º SEMESTRE/2016

A base de capital é mantida de forma consistente e superior ao mínimo exigido, sendo exercida a Abordagem do Indicador Básico para apurar a exposição do nível de risco, evidenciada pela metodologia utilizada para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA), em que se obtém o capital requerido para risco operacional.

A área de gerenciamento de riscos vale-se de ferramenta automatizada específica, denominada *Business Intelligence* – BI, além dos balancetes mensais e outros sistemas auxiliares, que lhe dão embasamento para a prática das métricas necessárias para validação dos dados.

A POUPEX integra o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o Sistema Financeiro Habitacional (SFH), cujo gerenciamento de riscos e de capital é conduzido pela CORCI, que tem atuação independente de outras áreas e da Auditoria Interna, estando vinculada à Vice-Presidência.

A disseminação da cultura de gerenciamento de riscos dá-se pela divulgação das Políticas na INTRANET, enquanto a descrição da estrutura de gerenciamento de capital e de monitoramento contínuo dos graus de exposição está detalhada nos Relatórios de Riscos, publicados na página da POUPEX na Internet (www.poupex.com.br).

Brasília – DF, 11 de janeiro de 2017.

ALDEMIR MENDES DA SILVA

Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI

SÍNTESE DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 2º SEMESTRE/2016
A Instituição vale-se de um Sistema de Controles Internos – SCI, caracterizado pela atuação de um núcleo, formado pelas Auditoria Interna – AUDIT, Consultoria de Gestão Organizacional – COGEO, Ouvidoria – OUVID e Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, sob a coordenação desta, que, em conjunto com os gestores, estabelecem metodologias para garantir o aprimoramento dos processos de trabalho. Os trabalhos conduzidos por esse núcleo têm origem nos apontamentos das auditorias interna e externa e do órgão regulador, nos mapeamentos conduzidos pela COGEO, nas ocorrências registradas na OUVID e no monitoramento realizado pela CORCI, que se utiliza de sinalizadores de desempenho específicos, suportado por ferramenta de Tecnologia da Informação denominada <i>Business Intelligence</i> – BI. A transparência nas informações e o monitoramento das rotinas são os pilares para garantir a condução das atividades. Por isso, o SCI atua de forma entrelaçada com o gerenciamento de riscos, principalmente os de cunho operacional, no sentido de aperfeiçoar os procedimentos de trabalho desenvolvidas pelas Gerências. O ambiente de controle da POUPEX conta com Diretriz-Geral da Presidência, Código de Conduta, que dispõe da atuação do Comitê de Ética, mapeamento de processos, alçadas e competências, decisões em colegiado, normativos atualizados, gerenciamento de riscos, que inclui a emissão de relatórios periódicos, atuação das auditorias sem limitação de escopo e utilização de ferramentas de TI. Há, ainda, reuniões mensais com o corpo gerencial com a finalidade de atualização e discussão de assuntos de interesse comum da Instituição, evitando-se, assim, a existência de ilhas de conhecimento. Foram intensificadas as ações para substituição do Sistema Integrado de Gestão Empresarial – ERP, que ampliará a segurança operacional em função da maior capacidade de automatizar os processos operacionais, desde a origem dos dados até a respectiva contabilização. Da mesma forma, foi implementada neste semestre ferramenta automatizada para gerenciamento da carteira de crédito imobiliário, abrindo os diversos estágios por onde transitam as informações, a partir da concessão até alcançar a administração do crédito. Neste segundo semestre a POUPEX adotou medidas para ajustar a metodologia de constituição de provisões para Passivos Contingentes, previstas pelo Comitê de Práticas Contábeis – CPC 25, contratos desequilibrados e operações com cobertura do FCVS. A Auditoria Interna cumpriu com o cronograma de trabalhos previsto em seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, cuja atuação, assim como a do SCI, foi validada pelo Comitê de Auditoria em relatórios específicos, aprovados pelo Conselho de Administração. Deu-se continuidade ao aferimento periódico das atividades da Instituição pela utilização de sinalizadores de desempenho operacional, por meio da ferramenta informatizada denominada <i>Channel</i>, que reconhece o atendimento às metas direcionadas para as Gerências, bem como identifica eventuais necessidades de aperfeiçoamento funcional. Brasília – DF, 11 de janeiro de 2017. ALDEMIR MENDES DA SILVA Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016					
Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, com sede na Av. Duque de Caxias, s/nº – Setor Militar Urbano – CEP 70.630-902 – Brasília - DF os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Resumido referente ao exercício de 2016. ATIVIDADES DO COMITÊ: O Comitê realizou várias reuniões referentes ao exercício de 2016, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos: a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente; b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (I) a sua independência; (II) a qualidade dos serviços prestados; e (III) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Associação; c) Supervisionou as atividades da área de controles internos da Associação, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Associação a respeito da efetividade e adequação dos seus controles internos; d) Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Associação; e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Associação, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Associação para a elaboração de suas demonstrações financeiras; O Comitê reuniu-se com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Associação. Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Associação, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras. CONCLUSÃO Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, para o exercício de 2016. Brasília - DF, 21 de março de 2017. <table><tr><td>Gen Div Claudio Rogerio Pinto Membro do COAUD – Coordenador</td><td>Ricardo José Andrade Leite Viana Membro do COAUD</td></tr><tr><td>José de Castro Neves Soares Membro do COAUD</td><td></td></tr></table>		Gen Div Claudio Rogerio Pinto Membro do COAUD – Coordenador	Ricardo José Andrade Leite Viana Membro do COAUD	José de Castro Neves Soares Membro do COAUD	
Gen Div Claudio Rogerio Pinto Membro do COAUD – Coordenador	Ricardo José Andrade Leite Viana Membro do COAUD				
José de Castro Neves Soares Membro do COAUD					

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Ao Conselho de Administração, aos Associados e aos Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX Brasília - DF Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX (“POUPEX”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à POUPEX, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos Demonstração do valor adicionado As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da POUPEX, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da POUPEX. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da POUPEX é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a POUPEX continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a POUPEX ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da POUPEX são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da POUPEX. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional POUPEX. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a POUPEX a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Brasília - DF, 23 de março de 2017.
KPMG KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-DF	Carlos Massao Takauthi Contador CRC SP206103/O-4